



Recuperação produtiva fluminense e a ascensão de seu interior

*André Luiz O. S. Fonseca**

Resumo — Neste artigo, trazem-se alguns indicadores de recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro, após longa e profunda crise nesse setor. A partir de fins da década de 1990, o estado sofreu uma inflexão positiva em sua trajetória de crescimento econômico. Mesmo assim, ainda não se pode afirmar que tenha superado todas as suas dificuldades intrínsecas e que esteja avançando resolutamente para um contexto de economia global. Aponta-se a existência de alguns indícios que levam a refletir sobre o recente desempenho produtivo da economia fluminense, principalmente no interior, que contribuem para inferir se os resultados estão de acordo com uma conjuntura favorável ou se traduzem mudanças estruturais.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; descentralização produtiva; Rio de Janeiro.

Introdução

Em cinco séculos de história fluminense, pode-se afirmar que esta vivera um dos seus piores momentos na década de 1980, pois é nesse momento que se define o aumento de suas fragilidades, que se iniciou no distante século XIX e percorreu boa parte do XX, marcados por momentos particularmente dramáticos como a perda da liderança industrial para a pujante economia paulista e a transferência da máquina

pública federal para Brasília. Assim, se no século XIX o Rio de Janeiro era destaque nacional com suas importantes exportações de café, era a sede do Império (e depois da República) e já tinha alguma produção industrial, no século XX, restringia-se basicamente às atividades produtivas, geralmente de baixo valor agregado, voltadas para o mercado interno, ainda assim, sofrendo a concorrência de outros Estados (principalmente São Paulo) e enfrentando crises em ramos

* Bacharel em Ciências Econômicas pela UERJ. E-mail: andre.485@uol.com.br

Trabalho extraído da monografia intitulada: "Economia fluminense: emerge uma nova configuração produtiva", apresentada na UERJ, em fevereiro de 2007.



tradicionais como o da produção açucareira no Norte Fluminense. Entretanto, não se pode negar que esforços foram feitos durante o século XX, com o claro objetivo de reverter tal quadro e introduzir “novas” atividades industriais. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Álcalis e a indústria naval são filhas desse processo.

Mesmo assim, o que é importante observar, é que, enquanto o país crescia, protegia seu mercado interno e a capacidade de investimento estatal não era corroída, as características competitivas intrínsecas das indústrias fluminenses mantiveram-se ocultas. Porém, quando o modelo desenvolvimentista ruiu, as deficiências de importantes atividades industriais do Estado vieram à tona. Para exemplificar, pode-se comentar que a CSN na década de 1980 tornou-se um exemplo de empresa ineficiente (além de poluidora), a FNM deixou de existir, a Álcalis continuou funcionando precariamente e a excessivamente protegida indústria naval entrou em colapso. Se em 1979 a última empregava 39.155 pessoas, em 1997 este número não chegava a 2.700 (Pasin, 2002, p.19).

Não obstante, após ter alcançado o seu perigeu, a crise no Estado do Rio de Janeiro vem apresentando fortes indícios de superação. E estes indícios não estão circunscritos apenas à recuperação de empresas como a CSN e ao ressurgimento da indústria naval, mas principalmente, à introdução de modernas atividades produtivas, à descentralização da indústria, ao aumento da competitividade produtiva

e à maior participação no comércio internacional. E é neste recente processo, iniciado no final da década de 1990, que concentraremos nossa atenção, bem como procuraremos identificar seus limites e desafios.

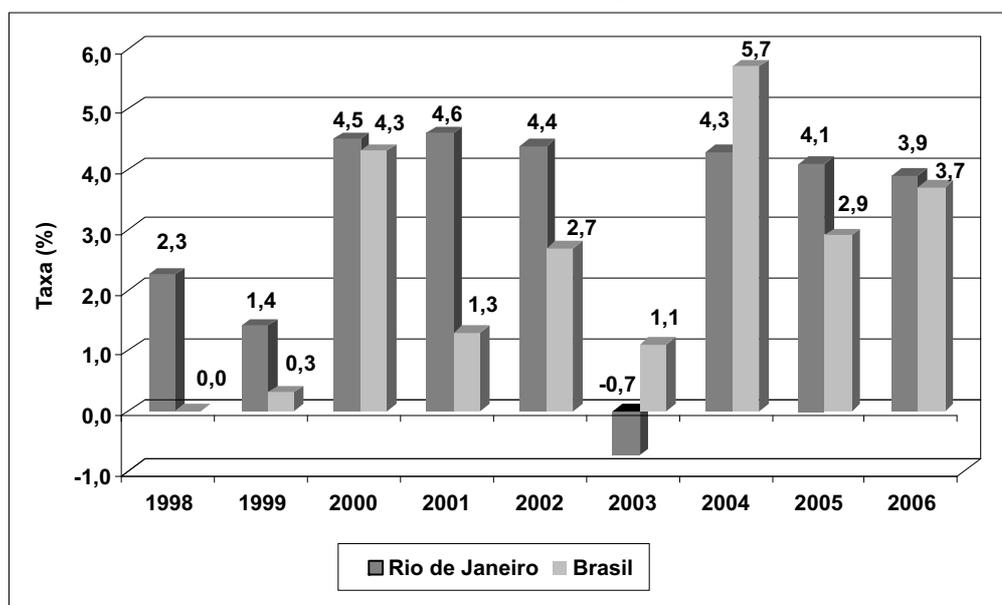
1. Sinais da recuperação

Pode-se observar no gráfico abaixo, que entre os anos de 1998 até 2006, o PIB fluminense expandiu-se a uma taxa superior à nacional, à exceção de 2003 (pequena recessão) e 2004, quando o crescimento de 4,3% do PIB estadual não foi suficiente para ultrapassar a vigorosa expansão nacional de 5,7%. Vale ressaltar que para os anos de 2001, 2002 e 2005 o Rio de Janeiro apresentou um desempenho econômico significativamente superior ao brasileiro, o que poderia induzir a interpretar este resultado como uma demonstração de uma menor dependência em relação ao ambiente econômico nacional, à capacidade de investimento estatal e ao aumento do consumo interno, tão marcantes durante o crítico século XX. Entretanto, com estes dados agregados não se pode ir muito além, muito menos concluir ou provar algo.

Tanto é assim, que se é verdade que o estado vem apresentando um desempenho econômico favorável, o mesmo não se aplica às diferentes atividades desenvolvidas, pois o crescimento tem se caracterizado por sua heterogeneidade. Na Tabela 1, pode-se observar melhor a questão.



Gráfico 1
Taxas de Crescimento do PIB do Rio de Janeiro e do Brasil*



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e da Fundação CIDE.

* Produto Interno Bruto, a preço de mercado.

Verifica-se que enquanto a indústria extrativista mineral teve um desempenho notável, a indústria de transformação não teve um desempenho semelhante. No entanto, no que se refere ao setor industrial do Estado, pode-se notar que sua queda na participação no PIB fluminense sofreu uma interrupção, apresentando já alguns sinais de inflexão positiva. Já a outrora expressiva atividade de intermediação financeira, reduziu significativamente sua participação na composição no PIB, saindo de uma participação de 17,17% em 1985 para 4,56% em 2005. Neste caso, não existem muitas dúvidas de que este resultado esteja correlacionado com a grande concentração desta atividade em São Paulo.

Outra importante atividade que expandiu a sua participação no PIB estadual foi a administração pública, que, de qualquer maneira, não contesta a afirmação anterior sobre o desempenho não homogêneo da economia fluminense. De todo modo, devemos comentar que o recente desempenho da economia do Rio de Janeiro reduziu a participação de atividades ligadas ao comércio e a serviços, agrupadas no setor terciário. Em 2004 o setor terciário da economia fluminense respondia por 44,85% do PIB estadual, o que representa uma elevada retração quando comparado com o ano de 1994, pois nessa data correspondia a aproximadamente 62,51% do PIB fluminense.



Este último resultado está em grande medida, ligado a substancialmente maior participação da indústria extrativista, ou melhor, da produção de petróleo, na economia do Estado, levando a este subdimensionamento do setor terciário e o superdimensionamento da indústria.

Entretanto, não é ocioso comentar que os *royalties* têm sido importante fator para o estímulo de uma diversificação produtiva de alguns municípios que viviam uma longa situação de estagnação econômica, principalmente no Norte Fluminense e nas Baixadas Litorâneas. Porém, esta questão será melhor discutida quando tratarmos especificamente desta atividade. Assim, ainda que a Tabela 1 demonstre que a indústria de transformação fluminense não tenha um resultado formidável como o da extrativista, mesmo frustrante para alguns, ainda não se pode tirar conclusões, muito menos desprezar essa atividade no Estado do Rio de Janeiro.

Com a ajuda da tabela seguinte (Tabela 2), pode-se observar mais apuradamente o que de fato ocorre com a indústria fluminense. Da tabela em questão, pode-se verificar a existência de um descompasso entre os diferentes ramos industriais, uns crescendo mais rapidamente, outros declinando e ainda alguns sem uma tendência clara. E esses altos e baixos entre os diferentes setores, também repercutem nas taxas de crescimento da indústria de transformação do estado. De qualquer maneira, existem alguns dados interessantes, como o contínuo crescimento

da indústria automobilística no período, uma indústria relativamente nova na matriz produtiva do Estado, e a recuperação de alguns ramos industriais tradicionais como a indústria de bebidas, têxtil e de minerais não metálicos.

Já a indústria extrativista mineral apresentou um crescimento contínuo, à exceção de 2004, inclusive com o aumento de trabalhadores ocupados nesta atividade de 32,99% entre 2003 e 2000, atingindo o número de 19.821 empregados em 2003 (IBGE, 2006). Se de um lado estes dados mostram o vigor do setor petrolífero, de outro, mostram o quão intensiva em capital é esta atividade, pois apesar da elevada participação no PIB Fluminense, emprega relativamente pouco¹ quando comparado com a indústria de transformação, que empregava 329.724 trabalhadores em 2003 (IBGE, 2006). Assim, para os municípios que recebem não apenas os *royalties*, mas também os investimentos do setor petrolífero, principalmente Macaé e Campos dos Goytacazes, e que desejam maximizar os benefícios provenientes dessa atividade, fica a indicação da necessidade de investirem fortemente em capital humano, não apenas para conseguirem introduzir a mão-de-obra local nas atividades exploratórias propriamente ditas, mas para que estas economias possam diversificar e sofisticar sua oferta de serviços, e ainda mais fundamentalmente, para que não venham a falir quando do fim do ciclo do petróleo.



Tabela 1

Participação das Atividades Econômicas do Estado do Rio de Janeiro, no Valor Adicionado Bruto Estadual a Preço Básico – 1985-2004 – (%)								
Atividades	1985	1990	1994	2000	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	1,19	1,04	0,87	0,72	0,69	0,59	0,57	0,57
Indústria extrativa mineral	12,39	4,85	5,76	18,17	19,39	23,93	25,95	28,22
Indústria de transformação	19,24	20,35	18,55	17,05	16,44	16,18	17,24	17,30
Eletricidade, gás e água	6,44	4,14	4,05	3,52	4,20	3,50	3,44	3,30
Construção	5,25	6,11	8,26	7,10	6,52	5,99	5,93	5,75
Comércio, serviços pessoais e de uso doméstico	6,14	8,41	6,59	5,56	5,45	5,00	5,01	4,63
Alojamento e alimentação	2,63	3,31	3,15	1,82	1,90	1,63	1,37	1,42
Transportes e armazenagem	3,37	2,17	2,33	1,66	1,69	1,78	1,94	1,77
Comunicações	2,04	2,61	2,83	2,45	2,07	2,25	1,96	1,89
Intermediação financeira	17,17	16,15	14,57	4,47	4,93	5,94	5,38	4,56
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	6,38	6,10	8,10	13,64	12,90	11,65	10,58	9,60
Administração pública, defesa e seguridade social	13,46	19,77	20,11	18,84	18,79	17,12	16,47	17,12
Saúde e educação mercantis	1,53	2,17	2,52	2,28	2,16	1,82	1,75	1,66
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,11	2,41	1,82	2,22	2,31	2,09	1,86	1,69
Serviços domésticos	0,66	0,40	0,48	0,50	0,55	0,53	0,54	0,53

Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil (1985-2004).

Tabela 2

Taxa de Crescimento Anual da Indústria Fluminense (%)*				
	2001	2002	2003	2004
Total	1,57	12,35	-2,28	2,43
Extrativa mineral	5,67	14,47	0,31	-3,63
Indústria de transformação	-2,96	1,95	-2,84	3,76
Alimentos	-7,63	-4,60	-0,83	3,06
Bebidas	4,08	-6,64	-4,09	11,04
Têxtil	13,10	6,42	-4,70	20,21
Edição, impressão e reprodução de gravações	-	-	-21,94	-7,38
Refino de petróleo e álcool	-0,77	3,47	-0,42	6,17
Farmacêutica	6,51	-7,87	-14,41	-0,24
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	0,64	-18,90	-3,60	9,38
Outros produtos químicos	-22,19	-18,14	-0,50	-4,02
Borracha e plástico	-9,23	-0,82	-3,95	-5,50
Minerais não metálicos	-10,46	-1,89	3,80	23,21
Metalurgia básica	1,95	17,12	11,92	0,97
Veículos automotores	22,42	2,13	12,39	23,24

Fonte: IBGE, Coordenação de Indústria.

* Série nova - base ano anterior = 100



De todo modo, pelo que foi visto até o momento, não se têm muitos indícios de que a indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro tenha passado por algum tipo de “reforma” mais profunda. Foi possível observar alguma recuperação industrial, que apenas permite afirmarmos que esta não se encontra mais em uma trajetória declinante. Além disso, o salto da atividade extrativista foi extremamente importante, para que o Estado apresentasse uma menor dependência em relação aos sinais emitidos pelo desempenho das atividades econômicas nacionais, diferentemente do que ocorrera em um passado recente, quando existia forte correlação positiva entre o desempenho das atividades econômicas do Brasil e do Estado do Rio. Mesmo assim, estas informações não mostram se a indústria adentrou em um processo de modificações estruturais em linha com os novos paradigmas produtivos. Para tal, se faz necessário a utilização de novas informações.

Neste ponto, os dados sobre as exportações podem ser bastante úteis para se entender melhor o recente desempenho do setor produtivo fluminense. É válido lembrar que se desconsiderarmos a cafeicultura no século XIX, as atividades produtivas do Estado do Rio caracterizavam-se por geralmente estarem voltadas para o mercado interno. Logo, uma maior inserção da economia fluminense nos fluxos de comércio internacional, realmente simbolizaria que mudanças na estrutura produtiva do Estado estariam ocorrendo, já que para tal esperaríamos que investimentos nas técnicas produtivas,

administrativas e na capacitação dos trabalhadores estivessem sendo feitos. E, de fato, como podemos perceber na tabela a seguir (Tabela 3), para o período de 1998 a 2004 as exportações estaduais apresentaram um desempenho notável. Em todas as categorias observou-se grande expansão das exportações, das quais, sem dúvida, as de produtos básicos são as mais notáveis com uma taxa de 121% a.a. Mesmo assim, as taxas anuais de 29% para produtos semimanufaturados e 16% para os manufaturados são significativas, quando comparadas com uma expansão média de 3,05% a.a. do PIB estadual para o período em questão.

De qualquer maneira, apesar da significância das taxas anteriores, elas não dizem muito se não as compararmos com o desempenho exportador brasileiro, já que se as taxas de crescimento do Estado do Rio fossem menores do que a verificada para o conjunto das unidades federativas, a conclusão seria outra – a de que o Rio de Janeiro estava, na verdade, menos inserido no comércio internacional e logo, ainda mais voltado para o nacional. Porém, o crescimento verificado das exportações estaduais também é significativo quando comparado com o desempenho nacional, pois entre 1998 e 2004 a taxa anual de crescimento das exportações do país foi de aproximadamente 11,17%. Assim, tanto as exportações de produtos básicos quanto a de produtos industrializados ampliaram sua participação nas exportações brasileiras, pois cresceram a uma taxa superior, e de fato demonstram um relativo redirecionamento do mercado alvo, do interno para o externo, dos bens produzidos no território fluminense. A tabela a seguir apresenta esses dados.



Tabela 3

Demonstração do Desempenho das Exportações do Estado do Rio de Janeiro								
Grau de Elaboração das Mercadorias	Receita das Exportações de Mercadorias Produzidas (FOB US\$ 1000)							Taxa anual 2004-1998
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Produtos básicos	19.612	14.964	175.192	738.196	1.654.193	1.924.796	2.261.807	121%
Produtos industrializados	1.601.844	1.453.818	1.435.552	1.449.457	1.744.466	2.461.965	4.179.154	17%
Semimanufaturados	84.355	131.514	136.001	126.603	173.647	238.587	387.635	29%
Manufaturados	1.517.489	1.322.305	1.299.552	1.322.854	1.570.819	2.223.378	3.791.519	16%
Operações especiais	160.849	172.033	228.749	215.973	257.176	457.352	584.210	24%
Total	1.782.305	1.640.815	1.839.493	2.403.626	3.655.835	4.844.113	7.025.171	26%

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior - Departamento de Operações de Comércio Exterior.

Tabela 4

Comparação entre o Desempenho das Exportações do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil								
Estado e País	Valor das Exportações (FOB US\$ milhão)							Taxa anual 2004-1998
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Rio de Janeiro	1.782	1.641	1.839	2.404	3.656	4.844	7.025	26%
Brasil	51.120	48.011	55.086	58.223	60.362	73.084	96.475	11%
Rio de Janeiro/Brasil	3,49%	3,42%	3,34%	4,13%	6,06%	6,63%	7,28%	13%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior. Departamento de Operações de Comércio Exterior.

Outro dado que chama à atenção, refere-se a participação do Estado do Rio nas exportações brasileiras, pois contribuiu com 7,28% das mesmas em 2004 ante 3,49% em 1998, fato que representa uma taxa de crescimento anual de 13%. Diante de todos os dados apresentados até o momento, já é possível apontar, que mesmo sendo um processo relativa-

mente recente, o setor produtivo do Estado parece realmente estar passando por um processo de transformação mais profundo; ou melhor, diferentemente do que ocorria até um passado recente, as atividades industriais estaduais estão de fato se inserindo no competitivo comércio internacional. Além disso, o argumento de que o impulso exportador é



resultado apenas das atividades petrolíferas não se sustenta, pois como observamos, as exportações de bens semimanufaturados e manufaturados apresentaram resultados bastante positivos, já que suas taxas de crescimento superaram em larga medida as taxas de expansão do PIB estadual, do PIB nacional e também das exportações brasileiras.

Uma visão mais acurada do recente dinamismo exportador pode ser visto na tabela a seguir (Tabela 5), onde é possível verificar a existência de uma diversificação das atividades das maiores empresas exportadoras do Estado do Rio de Janeiro. Indiscutivelmente as empresas do setor energético são o destaque. No entanto, não se pode deixar de destacar a relevância daquelas ligadas à siderurgia, à indústria automobilística e à indústria naval. É interessante observar o caso da indústria automobilística, pois, virtualmente inexistente depois do ocaso da FNM, ela reiniciou suas atividades com a instalação da fábrica de caminhões da Volkswagen em Resende, em 1996, e com o estabelecimento da fábrica da Peugeot/Citroën em Porto Real no ano 2001, sendo que rapidamente, ambas as empresas apresentariam relevante desempenho exportador, em parte, conseqüência dos modernos métodos produtivos utilizados nessas fábricas.

Diante do exposto, não é prudente afirmar que o desempenho recente da indústria de transformação fluminense seja apenas o resultado de uma combinação de fatores temporá-

os favoráveis. É bem verdade que a atividade extrativista é a protagonista do recente bom desempenho da economia estadual, porém a indústria de transformação teve um papel de peso, inclusive com o destaque de ex-estatais como a CSN. Também é verdade que este novo desenho produtivo, referente aos mercados alvos, qualificação dos trabalhadores, alta produtividade e qualidade das atividades industriais, não deve fazer parte do cotidiano da maioria das empresas industriais do Estado do Rio, talvez por ser este um processo relativamente recente e que ainda está em curso. Nas próximas sessões, vamos observar o desenvolvimento contemporâneo das diversas atividades produtivas fluminenses, sendo que incluiremos para cada setor, as perspectivas e investimentos planejados, pelo menos aqueles que pudemos verificar, tendo sempre em mente a recente trajetória produtiva do Estado do Rio de Janeiro e a descentralização da indústria e a conseqüente crescente participação do interior fluminense no PIB estadual.

2. A economia do petróleo

Até a década de 1980, a produção nacional de petróleo concentrava-se nas bacias terrestres de alguns estados como Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe. Porém, em 1974, uma nova fase na extração do petróleo nacional iniciou-se com a localização do campo Garoupa, a primeira descoberta na Bacia de Campos. Durante os anos de 1980, as pesquisas da Petrobras descobriram grandes campos petrolíferos.



Tabela 5

Demonstração das Principais Empresas Exportadoras do Estado do Rio de Janeiro							
Principais Empresas Exportadoras	Exportações de Mercadorias Produzidas (FOB US\$ mil)						
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	1.782.305	1.640.816	1.839.493	2.403.626	3.655.835	4.844.113	7.025.171
Petróleo Brasileiro S.A.	192.840	187.969	442.112	1.155.214	2.209.362	2.548.527	2.491.548
Halliburton Produtos Ltda.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	1.176.414
Companhia Siderúrgica Nacional	427.399	375.572	352.184	206.307	377.987	614.233	705.104
Shell Brasil Ltda.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	38.886	475.371
Petrobrás Distribuidora S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	250.807	345.273
Peugeot do Brasil Automóveis Ltda.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	41.741	112.672
Valesul Alumínio S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	61.184	87.140	98.978
Volkswagen do Brasil Ltda.	7.567	27.180	36.497	23.511	29.519	50.958	96.253
Mauá Jurong S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	92.307
Companhia Brasileira de Pneumáticos Michelin	53.032	43.949	49.203	43.179	22.900	55.587	65.742
Gerdau Açominas S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	65.563
U T C Engenharia S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	17.942	55.234
Petroflex Indústria e Comércio	25.011	31.035	35.171	31.171	32.930	52.234	51.141
H Stern Comércio e Indústria S.A.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	34.996	48.229
Bayer do Brasil S.A.	28.139	25.740	25.919	13.186	15.523	16.624	19.337
Demais Empresas	1.023.683	901.426	837.471	852.457	861.265	1.034.439	1.126.007

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior. Departamento de Operações de Comércio Exterior.

Obs.: n.r. (não revelado).



Campos como Marlim, Albacora, Barracuda e Roncador. É interessante notar que grande parte destes investimentos foi realizada mesmo em um contexto de dificuldades econômicas vividas pelo Brasil.² Estas dificuldades afetaram diversas regiões do país, não sendo diferente no Rio de Janeiro, onde, por exemplo, o mau desempenho da CSN estatal comprometeu negativamente o nível médio da renda familiar no município de Volta Redonda. Esta situação foi bem sintetizada no trabalho de Santos (2003), onde foi possível

(...) observar que o melhor e o pior desempenhos em termos de nível médio de renda [nos municípios fluminenses] foram produtos de impactos derivados da presença de entidades públicas, uma vez que tanto a Petrobras quanto a CSN eram empresas estatais na década de 1980. A primeira, entretanto, gozava de uma autonomia administrativa e financeira que não era desfrutada pela segunda. Essa autonomia associada à situação conjuntural que implicava a contração das importações tornaram os investimentos na exploração de petróleo uma imposição das circunstâncias. (Santos, 2003, p.28)

Como resultado, atualmente a Bacia de Campos é a maior província produtora de petróleo do país e uma das maiores províncias produtoras de petróleo em águas profundas do mundo. No entanto, o que nos interessa aqui é entender quais são, de fato, as conseqüências produtivas para a região beneficiada com essas atividades petrolíferas, em especial no Norte Fluminense. Pode-se apontar que a instalação

da fábrica de conexões tubulares inoxidáveis (Schulz) no distrito industrial de Campos, como uma clara ligação entre as atividades petrolíferas e as atividades industriais do município. A esta fábrica, cujo investimento soma R\$ 44 milhões de reais, irá se reunir outra do mesmo grupo, com investimento previsto de R\$ 38 milhões de reais, e que produzirá ligas resistentes à corrosão para o setor petrolífero, de gás natural, naval, petroquímico e siderúrgico.

Ainda que esses valores possam parecer pequenos, são bastante significativos, pois simbolizam a introdução de uma atividade industrial de alta tecnologia, com capacidade de atração de outras empresas que se relacionam a jusante e a montante, além de grande parte da produção ser destinada à exportação. Assim, esse tipo de investimento apenas confirma o que foi apontado anteriormente sobre o capital humano. Indústrias de ponta, extração de petróleo através de métodos inovadores e serviços especializados, demandam uma mão-de-obra mais bem preparada; logo, investimentos públicos e privados em educação para a formação técnica e universitária são fundamentais.

Deve-se chamar à atenção para a criação do Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam) em 2002, que, ao utilizar as receitas provenientes dos *royalties* do petróleo tem tido uma participação significativa da atração de novas indústrias para Campos, como as multinacionais: Schulz (Alemanha), Cellofarm (Índia) e Hentz (Alemanha); além de empresas nacionais, tais como: Isocamp, que está construindo



uma fábrica de isopor colorido; Hiperflex, que está instalando uma fábrica de tintas no distrito industrial de Guarus; e Policam, que irá montar a primeira fábrica de *goma xantana*³ da América Latina.

Além de propiciar a instalação de novas empresas no Município de Campos dos Goytacazes, a utilização dos recursos provenientes dos *royalties* do petróleo, principalmente através do Fundecam, destina-se também aos investimentos de atividades clássicas do município, como aquelas ligadas ao setor sucroalcooleiro. Porém, os resultados não têm sido os mesmos, e o impulso destas atividades, mesmo com uma conjuntura nacional e internacional bastante favorável, carece de um maior vigor. Entretanto, deve-se apontar o avanço das atividades da indústria de transformação campista em relação à fluminense, já que aumentou sua

participação de 0,34% em 2003 para 0,56% em 2004.⁴ Apesar de sua pequena participação, apresentou um crescimento notável (177,7%) e ainda conta com perspectivas de continuidade desse processo. Devemos ressaltar ainda que essas taxas não são capazes de expressar as mudanças qualitativas da indústria em Campos, que, como vimos, parecem estar ocorrendo, pelo menos, nos novos investimentos. Ainda com as condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades industriais no município de Campos, não se podem ignorar os enormes desafios que devem ser superados por esta sociedade para que possa romper de vez com a estagnação secular e iniciar um ciclo sustentado de desenvolvimento que se mantenha viável mesmo depois do petróleo.

Tabela 6
Alguns Indicadores Sociais dos Municípios Seleccionados - 2000

Municípios	Pessoas de 25 anos com mais de 11 anos de estudo (%)	Analfabetismo de pessoas de mais de 15 anos (%)	Professores do fundamental com curso superior (%)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (%)	Desigualdade de Renda Índice de Gini (%)	Pobreza - Pessoas pobres (%)	Pessoas que vivem em domicílios sub-normais (%)
Cabo Frio	9,3	8,3	19,8	0,792	0,604	24,9	0,0
Campos	7,9	10,1	28,9	0,752	0,575	30,4	4,5
Duque de Caxias	4,9	8,0	34,7	0,753	0,528	26,9	7,3
Macaé	10,0	7,9	22,4	0,790	0,562	14,2	16,3
Niterói	32,0	3,6	53,3	0,886	0,587	9,9	10,8
Petrópolis	11,3	6,4	19,0	0,804	0,578	13,9	0,4
Quissamã	3,3	15,7	8,8	0,732	0,523	35,5	0,0
Resende	14,3	6,9	33,7	0,809	0,565	16,8	0,0
Rio de Janeiro	20,9	4,4	42,4	0,842	0,616	13,3	18,8
Volta Redonda	13,3	5,1	41,1	0,815	0,533	15,9	17,1

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPEAData, 2006.

Obs.: Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.



Na Tabela 6 acima temos uma seleção de indicadores sociais para alguns municípios. É oportuno fazer algumas comparações entre os dois municípios que recebem as maiores quantias de *royalties*, Campos do Goytacazes e Macaé, com alguns municípios do Estado que possuem outras características produtivas e estão localizados em regiões distintas. Pode-se observar que, de uma forma geral, um longo caminho ainda tem que ser percorrido pelos municípios do Rio de Janeiro para que atinjam um elevado nível de desenvolvimento socioeconômico. Para Campos, e também para Macaé, esses desafios se fazem presentes, e não são pequenos, seja pelo atraso relativo ou ainda por pressões populacionais, dado o aumento excepcional da população, bem mais significativo no caso de Macaé, onde sua população cresceu mais de 50% entre 1992 e 2005.⁵

Em Macaé pode-se observar que, a elevada parcela da população vivendo em domicílios subnormais, além de reduzida percentagem da população com mais de 11 anos de estudo, delimitam os limites da economia. Já em Campos as altas taxas de analfabetismo e de pobreza representam questões inadiáveis. Assim, fica evidente que se estas sociedades, principalmente suas classes dirigentes, desejam o desenvolvimento sustentado de longo prazo, precisam refletir sobre as questões apontadas e traçar estratégias de desenvolvimento factíveis e que sejam levadas até o fim, tendo os investimentos em educação como investimento estratégico, ou melhor, chave.

No que se refere a Macaé, a instalação da Petrobras no município, que concentra em determinados ramos da atividade petrolífera mais de 50% do total de empregos ofertados no Brasil (Terra, 2003), ultrapassou seus limites, pois provocou resultados diretos como a atração de migrantes regionais e técnicos estrangeiros, formando um ambiente de grandes contrastes. E esse movimento migratório não ocorreu sem explicação, pois além das atividades diretamente ligadas a exploração de petróleo, um processo de diversificação do setor de serviços e do comércio pôde ser verificado na cidade, inclusive com a construção de *shopping centers*, condomínios residenciais de luxo e a instalação de redes hoteleiras de renome nacional e internacional.

Nem toda a pujança demonstrada pela economia macaense, bem como pela campista, além das oportunidades geradas pela desconcentração espacial da indústria (aparentemente mais fortes em Campos) e o contemporâneo surgimento de atividades do setor de serviços especializados, antes apenas encontrados nos grandes centros, nem ainda as receitas dos *royalties*, que favorecem principalmente os municípios da região Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas, são suficientes e muito menos garantem o desenvolvimento sustentado de longo prazo. Sem políticas públicas decisivas e que tenham o objetivo de modernizar, diferenciar e ampliar as atividades produtivas desta região corre-se o risco de adentrarem em nova estagnação econômica quando do fim do “ouro negro”.



Estas políticas ainda que existam, como no caso do Fundecam, são tímidas frente às grandes demandas sociais, produtivas, de infraestrutura, etc. Se já não bastasse o que foi dito, ainda existem críticas sobre a qualidade das aplicações dos recursos orçamentários nesses municípios e que devem ser seriamente observadas, como as apontados no trabalho de Barra Neto e Silva Neto (Neto e Neto, 2006, p.17):

(...) a grande ampliação desses recursos [royalties] causa uma espécie de paralisia nas administrações municipais, que arrefecem sua participação nos fóruns econômicos, sociais e políticos regionais, demonstrando uma certa incapacidade de democratizar os recursos públicos a favor de um projeto socialmente construído. (Oliveira, 2003, p. 137)

Assim, podemos concluir que atualmente vive-se um momento de grandes oportunidades e desafios na região Norte e também nas Baixadas Litorâneas, com efeitos sobre todo o Estado do Rio de Janeiro. No entanto, o sucesso não está garantido; pelo contrário, muito está por ser feito, principalmente no que diz respeito a políticas públicas sérias e efetivas que valham para todos os municípios produtores de petróleo, os grandes e os pequenos. Pode-se enfim dizer que esses municípios encontram-se em um ponto crítico, que pode marcar tanto uma inflexão positiva do crescimento de longo prazo, quanto o ápice de uma grande oportunidade perdida, se não

aproveitada, levando a mais uma crise econômica, já que, se a primeira foi motivada pelo colapso da produção açucareira, esta seria marcada pela do petróleo. Concluímos então esta seção com a afirmativa de Crespo (2003) ao asseverar que “os *royalties* significam a oportunidade presente que pode garantir o futuro e não mais ficar chorando um passado de coronéis, escravos e canaviais”.

3. A indústria de transformação

3.1. Indústria química

Outra importante atividade produtiva desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro é a indústria química, além de ter fortes ligações com a atividade apresentada na seção acima, já que além de o petróleo ser utilizado na produção de combustíveis é um insumo largamente utilizado em tal indústria.⁶ Este setor tem elevada participação no PIB da indústria de transformação fluminense, sendo a principal atividade industrial em termos de valor adicionado. Entretanto, em termos nacionais o papel da indústria química fluminense é reduzido, não por alguma fragilidade ou pequena significância, mas sim pela elevadíssima concentração industrial deste setor em São Paulo. Segundo dados da Associação Brasileira de Indústria Química (Abiquim), das 1.029 fábricas deste setor existentes no Brasil em 2005, 569 fábricas (55%) estavam localizadas em São Paulo, sendo que, no Rio de Janeiro, estado com o segundo maior número de fábricas, localizavam-se 85 unidades (8,3%). Apesar da elevada concentração espacial, a indústria química



brasileira está entre as dez maiores do mundo segundo o critério do faturamento líquido, onde em 2005 detinha a 9ª colocação com uma receita de 70 bilhões de dólares, seguido de perto pela Índia que faturara 68 bilhões de dólares.

A grande concentração desta indústria no plano nacional também se verifica no nível estadual. E mais, a concentração chega a ser mais forte do que aquela verificada em favor de São Paulo. Isto se dá devido ao fato de a Região Metropolitana concentrar 94,72% do valor adicionado (v.a.) da indústria de artigos de perfumaria, 94,33% do v.a. da indústria farmacêutica e 94,53% do v.a. da indústria química, desconsiderando as duas atividades anteriores. Em alguns municípios da Região Metropolitana, como Belford Roxo e Duque de Caxias no ano de 2004, a indústria química representava 98,17% e 89,63%, respectivamente, da indústria de transformação de cada município (Cide, 2006).

Em cada município que apresenta elevada participação da indústria química, é possível apontar claramente os elementos que propiciam tal resultado. Em Duque de Caxias seu desempenho neste setor está claramente ligado à operação da Refinara da Petrobras (Reduc), que é uma das mais completas refinarias do sistema Petrobras. A proximidade de importantes centros consumidores como Rio e São Paulo, além de boa infra-estrutura de transportes rodoviários (BR-040 e a Linha Vermelha a partir da década de 1990), também favoreceram a instalação de outras empresas

deste setor (especialmente o petroquímico), a saber: Texaco, Shell, Esso, Ipiranga e White Martins. E não apenas as empresas do setor químico foram atraídas para o município de Duque de Caxias; empresas de outros ramos, como a de material de transportes (Ciferal), alimentos (Sadia), armazenagem (depósito central do Carrefour) e gráfica (O Globo) também operam no município e contribuem para que o município tenha um dos maiores PIBs do Estado do Rio de Janeiro, e mesmo do Brasil.

Belford Roxo, diferentemente de Caxias, não possui a mesma diversificação industrial. No entanto, assim como na economia caxiense tem como principal atividade produtiva a indústria química, tendo a empresa Bayer do Brasil um papel dominante. Já no terceiro município, no Município do Rio de Janeiro, onde o setor químico também tem elevada participação, não é possível relacionar o desenvolvimento da indústria química a uma empresa ou a um ramo principal, como o petroquímico em Duque de Caxias. De fato, a produção carioca é bem diversificada, não só no que diz respeito à diversificação do setor, mas também em sua distribuição espacial. Se no bairro de Jacarepaguá concentram-se grandes indústrias farmacêuticas, como: Merck, Schering-Plough, Roche e GlaxoSmithKline; sendo o principal pólo farmacêutico do estado, no bairro de Manguinhos encontra-se uma das duas únicas refinarias privadas do país (a Manguinhos Refinaria), que apesar de não refinar mais



petróleo estava estudando a conversão de suas instalações para a produção de biodiesel.⁷

Podemos concluir então, que a principal atividade industrial fluminense conta com boas perspectivas, mas como no caso anteriormente estudado, não se podem ocultar as dificuldades existentes. Assim como existe um déficit de operários qualificados para as complicadas operações de extração de petróleo *offshore*, que pode ser medido pelo número de estrangeiros que são contratados para trabalhar nessas operações, o desenvolvimento de dois grandes complexos petroquímicos como a Riopol (US\$ 1,08 bilhões) e a Comperj (US\$ 3,5 bilhões) deve estar associado a políticas de capacitação e treinamento de trabalhadores, para que não se prejudiquem as operações industriais e também para que não se frustrem as expectativas de emprego dos moradores dessas regiões e arredores, por não estarem qualificados. E por fim, cabe aos governos dos municípios beneficiados (principalmente Duque de Caxias, Itaboraí e São Gonçalo) promoverem uma eficiente política de redução das desigualdades sociais, combinando a qualificação do sistema de ensino e com políticas de incentivo à formação de empresas prestadoras de serviço (grandes empregadoras), para que esses municípios possam extrair benefícios outros da operação destes grandes empreendimentos, que não apenas a arrecadação tributária.

3.2. Indústria metal-mecânica

Um novo momento se inicia para a indústria metal-mecânica fluminense com a privatização da CSN, pois esta deixou de ser uma empresa improdutiva e ineficiente, e tornou-se uma empresa competitiva, alcançando um faturamento líquido de R\$ 4,12 bilhões no ano de 2005, resultado de investimentos, que de 1993 a 2003 somaram US\$ 2,5 bilhões (CSN, 2006). Além disso, a crescente demanda internacional e um processo de consolidação do setor em nível mundial está ocorrendo, marcado pela fusão de grandes siderúrgicas como a da indiana Mittal com a europeia Arcelor. Neste ambiente favorável, além de as empresas siderúrgicas nacionais estarem se lançando ao mundo para consolidarem sua posição e não serem absorvidas pelos grandes grupos estrangeiros, também estão tirando da gaveta projetos de expansão da produção no Brasil.

Nesse contexto, o Rio de Janeiro aparece novamente em uma posição de destaque, pois grandes projetos do setor se localizarão no estado. Entre estes investimentos, os principais são os seguintes: construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), parceria entre o grupo alemão ThyssenKrupp e a Companhia Vale do Rio Doce, que, com investimentos previstos de US\$ 3 bilhões, se instalará no bairro de Santa Cruz (RJ); construção da segunda siderúrgica da CSN, no município de Itaguaí, que contará com investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões; ampliação e modernização da Siderúrgica Barra



Mansa (pertencente ao grupo Votorantim), no valor de US\$ 600 milhões; e ampliação e modernização da Cosigua (Pertencente a Gerdau) com investimentos de US\$ 360 milhões, que quando estiverem completas, promoverão o Estado do Rio de Janeiro a maior produtor de aço do Brasil, com capacidade para processar 16,9 milhões de toneladas de aço por ano (Codin, 2006).⁸

Em um ambiente de recuperação das atividades industriais da região no pós-crise brasileira, fluminense e médio paraibana, deve-se ressaltar a recente trajetória industrial de dois municípios da região, a saber: Porto Real e Resende. Entretanto, não se pode esquecer que a combinação de inversões em tecnologia, objetivando o ganho de competitividade de importantes empresas e a melhora da infraestrutura de transportes, contribuiu significativamente para o recente desenvolvimento de novas atividades nestes dois municípios. Assim, dadas as vantagens locais oferecidas por Resende e Porto Real, estes municípios acabaram por se inserir no relativamente recente movimento de redistribuição espacial da indústria automobilística brasileira, vivida na década de 90, e que resultou na instalação da primeira fábrica de caminhões e ônibus da empresa alemã Volkswagen, em 1996 no município de Resende, e posteriormente (2001), na instalação da fábrica da Peugeot/Citroën em Porto Real. Como consequência desses investimentos, já no ano 2000, o setor de material de transporte respondia por elevada participação

do PIB da indústria de transformação dos municípios de Resende e Porto Real.

Novamente, deve-se ressaltar que esses números não são capazes de expressar o componente tecnológico embutido nessas novas atividades no pólo metal-mecânico, e que representam uma importante mudança nas características históricas da indústria fluminense. Entretanto, apesar de a operação dessas duas unidades de produção de automóveis utilizar modernas técnicas gerenciais e produtivas, e simbolizar a introdução de uma indústria moderna, que de fato, representa um salto de qualidade na trajetória produtiva fluminense, não podemos nos iludir quanto ao conjunto das indústrias metal-mecânica do Estado do Rio de Janeiro. Pois, deve-se ressaltar, que em grande medida as atividades industriais deste setor no Estado estão voltadas para a produção de bens intermediários como: bobinas e placas de aço, tubos metálicos, embalagens metálicas, peças fundidas, fio-máquina, aços longos e estampados; e que, apesar da modernização verificada, seus métodos produção não estão inseridos em um ambiente de atividades flexíveis ou de sistematização das operações com seus fornecedores.

Ainda assim, de uma forma geral as perspectivas são bastante positivas para o setor, e, além disso, pode-se afirmar que diferentemente de um passado não muito distante, não existe mais aquela dependência aos investimentos públicos, condição garantida através da atração de capitais privados e pela diversificação da carteira de mercados



consumidores atendidos, ou melhor, pelas exportações.

3.3. Indústria naval

A indústria de construção naval também tem demonstrado sinais de recuperação após profunda crise que se iniciou na década de 1980 e atingiu o ápice na década de 1990. Foram bastante representativas para o processo de reerguimento dos estaleiros a promulgação da Lei do Petróleo e o lançamento do programa Navega Brasil. A referida lei abriu o mercado de exploração e refino do hidrocarboneto a novos *players*, além da Petrobras, provocando o aceleração da exploração de petróleo *off-shore*, que já vinha sendo observado desde meados da década de 1990, dado o grande interesse governamental de equilibrar as contas do petróleo. Já o programa Navega Brasil, lançado pelo governo federal em novembro de 2000, trouxe modificações nas condições do crédito aos armadores e estaleiros, estimulando significativamente a produção de embarcações. Como resultado, vislumbrou-se a saída do longo período de estagnação, durante o qual os estaleiros que conseguiram sobreviver, tinham se dedicado ao reparo de embarcações e construção de alguns barcos customizados. Dentre estes estaleiros, destacam-se no Estado do Rio de Janeiro: o Estaleiro Ilha (na Ilha do Governador, município do Rio de Janeiro), o Mauá-Jurong (em Niterói), o Promar (na Ilha da Conceição, também no município de Niterói) e o Brasfels (antigo Verolme, em Angra dos Reis).

Além dos fatores apontados acima, a recente licitação da Transpetro, subsidiária da Petrobras, que contratará a construção, em uma primeira etapa, de 26 navios de porte e características diferentes entre si num valor total estimado em US\$ 2 bilhões, proporcionou mais um impulso à recuperação da indústria naval. No entanto, deve-se ressaltar que os maiores navios seriam construídos em Pernambuco, onde o consórcio formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão construirá um estaleiro de grandes proporções no Porto de Suape. Desse modo, verifica-se que a posição fluminense de principal centro industrial naval não é inabalável, pois já se verifica uma tendência de dispersão desta indústria.

Já no que diz respeito à modernização dos estaleiros fluminenses, cabe chamar à atenção para a entrada de empresas internacionais como sócios nos estaleiros fluminenses. A expectativa de expansão da demanda de embarcações, principalmente para apoio marítimo e plataformas de exploração de petróleo, foi antecipada pelos grandes construtores industriais navais do mundo, que desde então procuraram se associar com diversos estaleiros do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, a formação de parcerias entre as empresas nacionais e estrangeiras configura uma interessante alternativa para acelerar a recuperação da indústria naval fluminense, apesar de existirem alguns limites à expansão desta indústria, dada principalmente pela elevada idade média dos



trabalhadores com mais de 40 anos (49%)⁹ e o alto custo de uma formação técnica especializada para os aprendizes.

3.4. Outras atividades industriais

Como não podemos nos alongar mais, serão apenas citadas as outras atividades produtivas desenvolvidas, mas nem por isso, menos importantes e simbólicas para a recente trajetória produtiva do Estado. Neste processo, o projeto Petrópolis-Tecnópolis¹⁰ lançado em 1999 é marcante, pois representou um importante impulso à formação de um núcleo de tecnologia. Contribuiu para a formação deste pólo a presença do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), já que é referência nacional em pesquisas científicas. Atualmente, diversos ramos tecnológicos estão operando na Tecnópolis petropolitana. Dentre os principais, podemos citar: o biotecnológico, o de redes de telecomunicação e a produção de softwares. Vale destacar também, o início da produção de turbinas de avião da mais alta tecnologia por parte da GE Celma, uma empresa também instalada em Petrópolis e controlada pela gigantesca companhia General Electric.

Já os pólos de confecção, espalhados pelo estado, têm criado um forte intercâmbio com os departamentos de *design*, se inserindo no comércio internacional através das exportações para os mais diversos países. O que representa um indubitável salto qualitativo de indústria fluminense do ramo, além de

gerar muitos empregos. Temos ainda a floricultura desenvolvida na Região Serrana, cujos processos produtivos são aprimorados através de conferências e palestras. Não se pode esquecer da fruticultura irrigada, que tem atraído indústrias de sucos e alimentos, principalmente nas regiões Norte e Noroeste. E, para terminar, não poderíamos deixar de citar o pólo audiovisual, cujas economias de escopo são tão representativas no Estado que recentemente a TV Record instalou um centro de filmagem nas proximidades dos estúdios da Rede Globo.

Conclusão

Enfim, apesar de ser comum a afirmativa que o Rio de Janeiro sem petróleo não existe, é prematuro afirmar que quando o petróleo exaurir o estado irá adentrar em uma nova e profunda crise econômica, mesmo quando consideramos os desafios que devem ser enfrentados. É fundamental que mais observações sejam feitas, para que se acompanhe a evolução das atividades produtivas do Estado e conclusões mais apuradas possam ser extraídas. De qualquer maneira, os sinais de recuperação estrutural estão aí, não apenas na Região Metropolitana, mas no interior do Estado também, tímidos em alguns casos, erráticos em outros, mais vigorosos noutros e todos minimizados pela extração do mineral, que, na aurora do século XXI ainda move o mundo; olvidá-los, entretanto, seria um exercício de negação dos fatos.



Referências Bibliográficas

- ABIQUIM. Associação Brasileira de Indústria Química. Disponível em: <www.abiquim.org.br>. Acesso em 27 dez. 2006.
- CODIN. Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.codin.rj.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2006.
- CRESPO, N. E. Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 239-256.
- CSN. Companhia Siderúrgica Nacional. Disponível em: <www.csn.com.br>. Acesso em 18 dez. 2006.
- FUNDAÇÃO CIDE. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.cide.rj.gov.br>. Acesso em 24 dez. 2006.
- IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 21 dez. 2006.
- IPEADATA. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 26 dez. 2006.
- NETO, J.B; NETO, R.S. *Reestruturação Produtiva e Interiorização da Economia no Estado do Rio de Janeiro: uma nova dinâmica para a Região Norte Fluminense*. São Paulo: Unicamp, 2006. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_463.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2006.
- OLIVEIRA, F.G. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. São Paulo: USP, 2003.
- PASIN, J.A.B. Indústria Naval do Brasil: Panorama, Desafios e Perspectivas. In: *Revista do BNDES*, nº 18. Rio de Janeiro, dez. 2002, p.121-148.
- SANTOS, A.M.S.P. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SECEX. Secretaria de Comércio Exterior. Departamento de Operações de Comércio Exterior. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/secex/departamentos/opeComExt_proServicos.php>. Acesso: em 06 dez. 2006.
- TERRA, Denise. A formação de um cluster petrolífero nos municípios da Bacia de Campos. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, royalties e região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p.288-307.



Abstract – *This article presents some indicators of Rio de Janeiro’s economic recovery, after a long and a deep crisis in this sector. Since the late nineties, the state has undergone a positive inflexion in its economic development. However, one cannot still be sure whether the city’s intrinsic difficulties have all been overcome, or whether it is resolutely advancing into a context of global economy. The article points out a few symptoms to help us think over the recent productive performance of the fluminense economy, especially outside the capital. That shall help, as a conclusion, evaluate results as in accordance with a favorable situation, or as a translation of structural changes.*

Keywords: *economic development; productive decentralization; Rio de Janeiro.*

Resumen – *En este artículo, se aportan ciertos índices de recuperación económica del Estado de Río de Janeiro, tras una larga y profunda crisis en ese sector. Desde fines del decenio de 1990, el estado ha presentado un giro positivo hacia una trayectoria de crecimiento económico. Pese a todo, aun no se puede afirmar que se haya superado todas sus dificultades interiores y que esté avanzando resueltamente hacia una economía global. Se apunta la presencia de ciertos índices que plantean una reflexión sobre el reciente desempeño productivo de la economía de este estado, sobre todo en su interior, que contribuye para deducir si los resultados corroboran una coyuntura favorable o si traducen cambios estructurales.*

Palabras-clave: *desarrollo económico; descentralización productiva; Río de Janeiro.*

Notas

- ¹ Sendo esta mão-de-obra mais especializada e de reposição mais difícil.
- ² Inflação e fim do “milagre econômico” são notórios.
- ³ Insumo aplicado na fabricação, desde refrigerantes até medicamentos e também na extração de petróleo.
- ⁴ Dados fornecidos pela Fundação Cide.
- ⁵ Estimativas populacionais do IBGE
- ⁶ Estamos utilizando o termo *indústria química* de forma ampla, pois estamos agrupando os diversos ramos da indústria química, como: a produção de químicos de uso industrial, produtos farmacêuticos, produtos de higiene pessoal e a produção de adubos e fertilizantes.
- ⁷ Notícia veiculada pelo portal eletrônico: <www.biodieselbr.com/noticias>, em 16 de março de 2006.
- ⁸ Fonte: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin).
- ⁹ Segundo dados da Fundação Cide.
- ¹⁰ Região com abundante capital humano e social, que propicia uma elevada concentração de empresas baseadas em tecnologia e conhecimento de empreendedores altamente qualificados.